

## ABIN PARALELA

# Ramagem e Tostes explicam esquema

Ex-diretor da agência e ex-chefe da Receita esclarecerão à PF reunião sobre estratégia para enterrar apuração de "rachadinha" envolvendo Flávio Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO  
» RENATO SOUZA

O deputado federal **Alexandre Ramagem** (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e o ex-secretário da Receita Federal José Tostes devem prestar depoimento, hoje, à Polícia Federal (PF) por conta da investigação da chamada Abin Paralela — que apura o uso da estrutura da Agência Brasileira de Informações para espionagem de desafetos e adversários durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os dois constam no áudio da reunião em que é discutida uma estratégia para blindar o senador Flávio Bolsonaro (PL-SP) na investigação sobre a "rachadinha" — esquema de devolução de parte dos salários dos funcionários do gabinete, quando ele era deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Na segunda-feira, ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou o sigilo da gravação da reunião ocorrida em 2020. Dela participaram, além de Ramagem, Bolsonaro, o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e as então advogadas de Flávio, Luciana Pires e Juliana Bierrenbach. A reunião durou 1h08 e foi gravada por Ramagem — que, em vídeo publicado nas redes sociais, disse ter recebido a autorização de Bolsonaro para registrar o encontro.

O ex-diretor da Abin propõe abrir procedimentos administrativos contra os auditores-fiscais da Receita que investigaram o senador, a fim de tentar anular as apurações. Bolsonaro concorda. A estratégia foi colocada em prática e o processo contra Flávio acabou arquivado em 2022.

"O secretário da Receita é um cara muito bom", diz Ramagem, em certo momento da reunião. "Ninguém está pedindo

Valter Campanato/Agência Brasil



Cleber Caetano/PR



Ramagem propôs abrir procedimentos contra os auditores da Receita, dirigida por Tostes — elogiado por Bolsonaro

## Pazuello pode disputar prefeitura

O deputado e ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem está perto de ser rifado pelo clã Bolsonaro da corrida à prefeitura do Rio de Janeiro. Crescem nos bastidores do PL os rumores de que será substituído pelo também deputado fluminense Eduardo Pazuello, general da reserva do Exército e ex-ministro da Saúde durante a pandemia de covid-19. A saída de Ramagem da disputa seria por causa da gravação da reunião sobre o episódio da "rachadinha" envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O ex-número um da Abin garante que o registro foi autorizado pelo ex-presidente, que até agora não corroborou a versão.

favor aqui (inaudível). É o caso conversar com o chefe da Receita, o Tostes", diz Bolsonaro pouco depois.

Os investigadores da PF destacam que o ex-presidente fala, mais de uma vez, em usar o cargo para acessar altos funcionários do governo que poderiam ter informações úteis para a defesa. Segundo os investigadores, a Receita chegou a abrir uma sindicância interna contra os auditores que levantaram os dados que apontavam a prática rachadinha por Flávio.

Bolsonaro sugeriu conversar com Tostes e, depois, disse que iria falar com o então chefe do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para "resolver o assunto". As advogadas apontam, então, que o melhor caminho seria chegar ao chefe da estatal, Gustavo Canuto — que também deve ser chamado a depor pela PF.

Luciana e Juliana sugerem que o Serpro — que administra o sistema da Receita — poderia apurar se auditores acessaram dados de Flávio. Ramagem, então, diz que Canuto era de outro órgão, mas poderia ser um caminho para obter informações adicionais sobre a investigação.

## STF se corrige

O STF se corrigiu, ontem, e destacou que a decisão de Moraes não proíbe que Bolsonaro e Ramagem se encontrem por serem investigados pelo esquema da Abin paralela. Inicialmente, a Corte informara que a determinação proibia encontros entre eles. No entanto, explicou que a ordem é válida para os investigados atingidos pela etapa da semana passada da Operação Última Milha, da PF. Nem o deputado nem o ex-presidente estão entre os alvos.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Gravações de Ramagem exumam as "rachadinhas"

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, ao derrubar o sigilo do inquérito sobre a chamada Abin paralela — que investiga atuação do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), delegado federal, quando à frente dos serviços de inteligência no governo passado —, aperta o cerco contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, que é um dos arrolados.

Nas gravações de uma reunião entre ambos, da qual participaram o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e duas advogadas, fica evidente a intenção de abafar o escândalo das "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), no qual estava envolvido o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), deputado estadual à época do escândalo. Heleno chega a chamar a atenção de que a conversa não poderia ter vazamentos.

Segundo a Polícia Federal (PF), o objetivo da reunião — gravada por Ramagem, supostamente com conhecimento de Bolsonaro — seria anular as provas do escândalo das "rachadinhas", com o argumento de que o caso era uma "árvore envenenada" por ser uma operação ilegal na Receita Federal — tese de defesa das advogadas do senador. Foi o que acabou acontecendo: em 2022, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) aceitou o pedido do Ministério Público (MP-RJ) e rejeitou a denúncia de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro contra o parlamentar.

Desde 2020, o filho mais velho do ex-presidente era acusado de recolher parte do salário de funcionários públicos em benefício próprio, no seu antigo gabinete na Alerj, onde foi deputado estadual de 2003 a 2019. O policial militar aposentado Fabrício Queiroz, então chefe de gabinete de Flávio, foi apontado como operador do esquema. Após ser preso, reconheceu a existência da prática. Mais 15 ex-assessores foram denunciados.

Em 2018, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) já havia apontado uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão na conta do ex-assessor Fabrício Queiroz, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, com depósitos e saques em dinheiro vivo, em datas próximas do pagamento de servidores da Alerj. As quebras dos sigilos fiscais de Queiroz e de Márcia Aguiar, sua mulher, mostraram, ainda, que a então primeira-dama Michelle Bolsonaro recebera depósitos de ambos, que totalizavam R\$ 89 mil, entre 2011 e 2016.

À época, Bolsonaro disse que o valor era a devolução de um empréstimo de R\$ 40 mil concedido por ele a Queiroz. Os dados bancários não comprovam o recebimento desse empréstimo. Bolsonaro já era presidente e Flávio exercia o mandato senador, com direito a foro privilegiado no STF, quando, após recursos, houve o entendimento do TJ-RJ de que, por ter emendado os mandatos de deputado estadual e de senador, Flávio manteria o foro privilegiado no tribunal estadual.

## Reabertura de caso

O caso saiu das mãos do juiz da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro para a jurisdição do Órgão Especial do TJ-RJ, composto por 25 desembargadores, antes de ser arquivado. À época, Flávio classificou a investigação como ilegal. No começo do seu governo, a popularidade de Bolsonaro havia caído e sua base no Congresso era muito frágil. O escândalo das "rachadinhas" gerou muita tensão, porque a oposição tentava articular um pedido de impeachment. Paranoico, Bolsonaro avaliava que seu vice, o general Hamilton Mourão, hoje senador gaúcho pelo Republicanos, desejava seu lugar.

A gravação obtida pela PF mostra que a reunião durou 1h08, em 25 de agosto de 2020. No encontro, Ramagem propôs abrir procedimentos administrativos contra os auditores-fiscais que investigaram Flávio para anular as provas, e Bolsonaro concordou. A estratégia foi bem-sucedida. O arquivamento do inquérito das "rachadinhas" não impede o Ministério Público de reabrir o caso, o que pode ser o desdobramento do inquérito da Abin paralela. As novas provas seriam independentes daquelas que foram declaradas ilícitas.

Ramagem disse à imprensa que gravou a reunião porque havia a desconfiança de que surgiria uma proposta "não-republicana" do então governador Wilson Witzel, que também era visto como conspirador por Bolsonaro. A proposta não se confirmou. Entretanto, o ex-presidente afirma que o ex-governador fluminense teria prometido ajuda para blindar Flávio na investigação das "rachadinhas" em troca de uma vaga no Supremo.

Bolsonaro diz na gravação: "O ano passado (2019), no meio do ano, encontrei com o (Wilson) Witzel, não tive notícia [inaudível] bem pequenininho o problema. Ele falou, resolve o caso do Flávio. 'Me dá uma vaga no Supremo. (...) Sede de poder'. Acrescentou: 'Então, você sabe o que vale você ter um ministro irmão teu no Supremo'. Após a revelação de Bolsonaro, as advogadas se surpreendem e ex-presidente explica que a vaga seria para o desembargador Flávio Itabaiana, responsável por julgar a suspeita de rachadinha.

## 8 DE JANEIRO

## PGR denuncia pichadora da estátua do Supremo

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou denúncia contra Débora Rodrigues dos Santos, que foi flagrada escrevendo a frase "perdeu manê" na Estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), na tentativa de golpe de Estado dos bolsonaristas em 8 de janeiro de 2023. Ela faz parte de um grupo de mais de 1,3 mil pessoas que foram identificadas pelas autoridades policiais.

Débora foi flagrada por fotografos que realizavam a cobertura da invasão às sedes dos Três Poderes e está presa desde 31 de março do ano passado. O vandalismo pelo qual ela é apontada também aparece em imagens difundidas pelas redes sociais. A estátua foi submetida a limpeza para remover a tinta usada para escrever a frase com a qual o atual presidente do STF, Luís Roberto Barroso, respondeu à provocação de um bolsonarista, quando chegava para um evento, em Nova York, em 15 de novembro 2022.

## Prisão

Débora foi detida em Paulínia (SP), na oitava fase da Operação

Reproduções/Redes sociais



Acima, símbolo da Justiça com frase usada pelo ministro Barroso, em Nova York. Ao lado, Débora flagrada com dedos sujos de tinta



Lesa-Pátria, desfechada pela Polícia Federal (PF) para investigar os crimes cometidos em 8 de janeiro. A denúncia foi apresentada em 2 de julho e está sob sigilo. Ela é acusada de associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado.

A PGR pede condenação de Débora e afirma que existem provas suficientes contra ela. Por meio de nota, a defesa afirmou que a prisão de 480 dias "extrapola todos os prazos sem qualquer justificativa plausível" e argumenta que a transferência dela para o presídio de Tremembé (SP) "fere de morte a proteção integral da criança, visto que Débora tem dois filhos menores". O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes e o Supremo aceite a denúncia, ela se tornará ré. (RS)

ARQUIVADA PELA JUSTIÇA DO RIO, MP PODE REABRIR A INVESTIGAÇÃO SOBRE O ENVOLVIMENTO DO CLÃ BOLSONARO NO ESCÂNDALO